

A CHINA NA ECONOMIA MUNDIAL PÓS-2000: PARA ALÉM DAS ESTRATÉGIAS IMPERIALISTAS E GEOPOLÍTICAS

Valdeir de Oliveira Prestes¹
Carlos José Espíndola²

Resumo: Nas últimas quatro décadas, a formação socioespacial chinesa transformou-se na maior potência comercial, industrial e financeira do mundo. Internamente, no ano de 1978, o crescimento do PIB anual foi de 11,3% e sua taxa real média de crescimento, em 2020, foi de 2,3%. A renda per capita saiu de US\$ 194,80, em 1980, para US\$ 10.434,78, em 2020. Externamente, enquanto em 2002 a China exportava US\$ 325 bilhões e importava US\$ 295 bilhões, em 2020, as exportações foram de US\$ 2,5 trilhões e as importações de US\$ 2,0 trilhões. Por sua vez, os seus Investimentos Diretos Externos (IDE) passaram de US\$ 830 milhões, em 1990, para US\$ 110,2 bilhões, no mesmo período. Essa ascensão da China na economia mundial levou diferentes autores a ressaltarem as estratégias imperialistas e geopolíticas chinesas. Contrariando tais afirmativas, este texto apresenta a hipótese de que a dinâmica chinesa na economia mundial pós-2000 se caracteriza por estratégias geoeconômicas.

Palavras-chave: China. Economia mundial. Imperialismo. Geopolítica. Geoeconomia.

CHINA IN THE POST-2000 WORLD ECONOMY: BEYOND IMPERIALIST AND GEOPOLITICAL STRATEGIES

Abstract: In the last four decades, the Chinese socio-spatial formation has become the most significant commercial, industrial, and financial power worldwide. Internally, in 1978, the annual GDP growth was 11.3%, and its average real growth was 2.3% in 2020. Per capita income went from US\$ 194.80 in 1980 to US\$ 10,434.78 in 2020. Externally, China exported US\$ 325 billion and imported US\$ 295 billion in 2002. In 2020, the exports were US\$ 2.5 trillion and imports US\$ 2.0 trillion. In turn, the Foreign Direct Investments (FDI) increased from US\$ 830 million in 1990 to US\$ 110.2 billion in the same period. This rise of China in the world economy has led different authors to emphasize the Chinese imperialist and geopolitical strategies. Contrary to these assertions, the text hypothesizes that the Chinese dynamics in the post-2000 world economy characterize geo-economic strategies.

Keywords: China. World economy. Imperialism. Geopolitics. Geoeconomy.

CHINA EL LA ECONOMÍA MUNDIA POST-2000: MÁS ALLÁ DE LAS ESTRATEGIAS IMPERIALISTAS Y GEOPOLÍTICAS

Resumen: En las últimas cuatro décadas, la formación socioespacial china se ha convertido en la mayor potencia comercial, industrial y financiera del mundo. A nivel

¹ Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Geociências, Florianópolis, Brasil, valdeir.prestes@posgrad.ufsc.br, <https://orcid.org/0000-0002-4971-4341>

² Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Geociências, Florianópolis, Brasil, carlos.espindola@ufsc.br, <https://orcid.org/0000-0002-5857-6067>

nacional, em 1978, o crescimento anual do PIB foi de 11,3% e sua taxa de crescimento real médio em 2020 foi de 2,3%. O rendimento per capita passou de US\$ 194,80 em 1980 a US\$ 10.434,78 em 2020. Externamente, enquanto em 2002 a China exportava US\$ 325 milhões e importava US\$ 295 milhões, em 2020 as exportações foram de US\$ 2,5 bilhões e as importações de US\$ 2,0 bilhões. Por sua vez, suas Investições Extranjeras Diretas (IED) aumentaram de US\$ 830 milhões em 1990 a US\$ 110,2 milhões no mesmo período. Este aumento da China na economia mundial levou diferentes autores a enfatizar as estratégias imperialistas e geopolíticas chinesas. Contrariamente a estas afirmações, este texto apresenta a hipótese de que a dinâmica chinesa na economia mundial posterior a 2000 se caracteriza por estratégias geoeconômicas.

Palavras chave: China. Economia mundial. Imperialismo. Geopolítica. Geoeconomia.

Introdução

A China transformou-se, entre o fim do século XX e as primeiras décadas do século XXI, na maior potência comercial, industrial e financeira do mundo. Segundo Jabbour e Paula (2018, p. 1), “o desenvolvimento econômico na China pode ser explicado pelo surgimento cíclico de instituições que delimitam uma contínua reorganização de atividades entre os setores estatal e privado da economia”. Em outras palavras, tratou-se da implantação, a partir de 1978, de uma série de medidas político-institucionais visando ao desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção.

As Quatro Modernizações exigiram um “grande crescimento nas forças produtivas que, por sua vez, exigem diversas mudanças naqueles aspectos das relações de produção e da superestrutura” (SPENCE, 1990, p. 613). Os resultados econômicos das reformas implementadas a partir de 1978 são excepcionais.

Entre 1978 e 2020, a taxa de crescimento do PIB movimentou de 149,5 bilhões de dólares para estratosféricamente 14,72 trilhões. No que se refere à renda per capita, em 1980, passou de US\$ 307, para US\$ 10.483,38, em 2020 (IMF, 2021). Os avanços fizeram-se nos diversos e nos mais variados segmentos industriais, agropecuários, sociais, entre outros³.

³ No campo industrial e tecnológico, a China logrou alcançar a fronteira tecnológica mediada por plataforma e sistema de rede 5G e o Big Data. Na agricultura, tem “planejado um dramático movimento onde a agricultura já se apresenta como um ramo da indústria, a caminho da especialização produtiva” (JABBOUR; DANTAS; ESPÍNDOLA; VELLOSO, 2021, p. 4). Para uma visão geral das transformações na estrutura industrial chinesa, ver Arbix *et al.* (2018). Para as transformações na agropecuária, ver Zhan (2020) e Guo (2020). As transformações fizeram-se ainda em outros campos. “O número de pessoas abaixo da linha da pobreza de US\$ 1.25 por dia (PPP), decresceu de 63,8% da população em 1992 para 28,4% em 2002 e 11,8% em 2009, chegando a menos de 1% em 2019” (World Bank, 2019 *apud* ESCHER, WILKINSON, 2019, p. 662). Nogueira, Bacil e Guimarães (2021), ao analisarem o

A expansão da economia chinesa fez-se ainda nas exportações/importações e nos Investimentos Diretos Externos (IDE). Assim, se, em 2002, a China exportava US\$ 325 bilhões e importava US\$ 295 bilhões, em 2020, as exportações foram para US\$ 2,5 trilhões (MOFCOM; BM, 2022). Em contrapartida, as importações alcançaram a casa de US\$ 2,0 trilhões.

Nos Investimentos Direto Externos (IDE), Acyoli e Leão (2011) afirmam que esses investimentos saíram de um valor próximo a zero, em 1979, para atingir US\$ 830 milhões, em 1990. Os fluxos de investimento direto chinês no mundo multiplicaram-se próximo de sessenta vezes entre 1990 e 2008. Entre 1980 e 2012, a participação da China no estoque global de IDE cresceu de 0,2% para 3,7%. Em 2020, a China aportou US\$ 110,2 bilhões em investimento direto externo. Ainda em 2020, as empresas chinesas destinaram US\$ 17,79 milhões em investimentos diretos não financeiros em 58 países da Iniciativa do Cinturão e Rota (CARIELLO, 2021).

O dinamismo da economia chinesa promoveu, por um lado, uma controvérsia sobre a natureza e o padrão do desenvolvimento interno⁴. No *front* externo, por outro lado, autores de diferentes matrizes teóricas e ideológicas debateram o imperialismo chinês e as suas estratégias geopolíticas (MAESTRI FILHO, 2021; MERCATANTE, 2020; CORNÉLIO, 2018; HO-FUNG HUNG, 2018; AGUIAR, 2017; ACYOLI, LEÃO, 2012; MEDEIROS, 1999)⁵. No entendimento de Jabbour (2021), a questão da China ser imperialista ganha muita força após a crise de 2008 e, sobretudo, quando a China

sistema de saúde e educação chinesa, explicam que se desenha um Estado de bem-estar social com a universalização da cobertura dos seguros de saúde e a educação básica compulsória e gratuita. Contudo, os autores destacam as desigualdades dos programas de saúde e a mercantilização da educação. Roberts (2021) afirma que a educação, a saúde e a habitação entregues ao mercado tornaram-se motores das desigualdades e tornaram-se os principais desafios do governo chinês.

⁴Segundo Carlos Medeiros (2022, p. 91) a partir das reformas de Deng Xiaoping, iniciadas em 1978, a China “afastou-se gradualmente, mas, efetivamente, de uma economia socialista de planejamento central e socialmente igualitária para uma economia mista fortemente desigualitária que aqui se denominou de “desenvolvimentismo com características chinesas. A transição chinesa para um capitalismo de Estado desenvolvimentista se deu em ciclos de reformas em que a abertura do espaço para acumulação privada” (MEDEIROS, 2022, p. 91). Para Harvey (2005), a China é um neoliberalismo com características chinesas. Em contraposição, enquanto Silva (2020), defende a tese de que a China apresenta um padrão de desenvolvimento assentado no “socialismo de mercado”, Jabbour e Gabriele (2021) afirmam que China é uma economia e um Estado “de orientação socialista”, muito diferente do capitalismo. Segundo Jabbour e Gabrieli (2021), o crescimento econômico da China não é resultado do capitalismo, mas sim de uma transição para o socialismo. Trata-se de uma nova formação socioeconômica, que conforme Jabbour, Dantas, Espíndola e Velloso (2020), é uma formação econômica e social caracterizada e estruturada pela “Nova Economia do Projeto”. Segundo os autores, “a Nova Economia do Projeto se constitui como estágio superior de desenvolvimento do modo de produção dominante à (nova) formação econômico-social que emergiu na China como resultado das reformas econômicas iniciadas em 1978” (JABBOUR; DANTAS; ESPÍNDOLA; VELLOSO, 2020, p. 18).

⁵Fernandes e Wegner indicam ainda outros autores que defendem a China como sendo uma nação imperialista.

se transforma no maior credor líquido do mundo. Isto é, a China foi substituindo o Banco Mundial e o FMI, como maior credor dos países periféricos do mundo inteiro.

Contrariando essas teses, este artigo visa defender a hipótese de que a ascensão chinesa na economia mundial pós-2000 é marcada por estratégias geoeconômicas, que vão além de estratégias imperialistas e geopolíticas⁶.

Para a efetividade operacional deste artigo, decidiu-se pelo método exploratório-analítico (GIL, 1994). Foram feitas análises em diferentes artigos, livros e teses, entre outros materiais, visando avaliar a inserção da China na economia mundial pós-2000. Além da revisão bibliográfica, foram coletados dados no *International Monetary Fund* (IMF), no Banco Mundial e no Ministério do Comércio da República Popular da China (MOFCOM)⁷. No entanto, levando-se em consideração o fato de que a compilação de dados sobre IDE da MOFCOM apresenta certas discrepâncias, utilizaram-se ainda, como fonte informações, os dados fornecidos pela Cooperação Empresarial Brasil-China (CEBC) e a base de informações do Grupo de Indústria e Competitividade da UFRJ (GIC/UFRJ)⁸.

Estruturalmente, o texto é composto, além desta introdução e da conclusão, de três partes. Enquanto a primeira destaca a ascensão da China no comércio internacional, a segunda ressalta as estratégias dos Investimentos Diretos Externos (IDE) chineses. Por fim, a terceira parte visa apresentar algumas considerações sobre o imperialismo, a geopolítica e a geoeconomia, bem como as controvérsias existentes acerca do imperialismo e da geopolítica chinesa. A conclusão geral é que a dinâmica chinesa na economia mundial pós-2000 se caracteriza por estratégias geoeconômicas estruturadas por um novo padrão de relacionamento com as demais nações.

⁶ O fim da Guerra Fria fez emergir novas preocupações e novas denominações para explicar a dinâmica da economia mundial (VESENTINI, 2004).

⁷ Oficialmente, os dados de IED chinês são oriundos do Boletim Estatístico Anual sobre Investimento Estrangeiro Direto da China no Mundo, compilado pelo Ministério do Comércio da China (MOFCOM) e publicado em conjunto com a Autoridade Monetária Chinesa (em inglês State Administration of Foreign Exchange - SAFE) e com o Escritório Nacional de Estatística da China (FRISCHTAK; SOARES; O'CONNOR, 2013).

⁸ Segundo Kupfer e Freitas (2018), as informações do MOFCOM, quando desagregadas, apresentam dois problemas. Em primeiro lugar é que o MOFCOM contabiliza apenas "o primeiro destino do capital, sem importar o destino final (ou real) do investimento. As empresas chinesas geralmente canalizam o seu IDE através de terceiros países (*trans-shipping*), resultando em uma distorção maciça da distribuição geográfica do IDE. Hong Kong, Ilhas Cayman, Ilhas Virgens Britânicas e Singapura, favorecidos por impostos relativamente mais baixos e *know-how* superior, atuam como intermediários dos fluxos de IDE entre a China e o mundo". Em segundo lugar, "o capital chinês às vezes é canalizado para o exterior (Hong Kong) com o objetivo de retornar à China como IDE para se beneficiar de termos preferenciais para investidores estrangeiros (*round-tripping*), resultando em valores superestimados" (KUPFER; FREITAS, 2018, p. 3).

Ascensão chinesa no comércio internacional pós-inserção na OMC

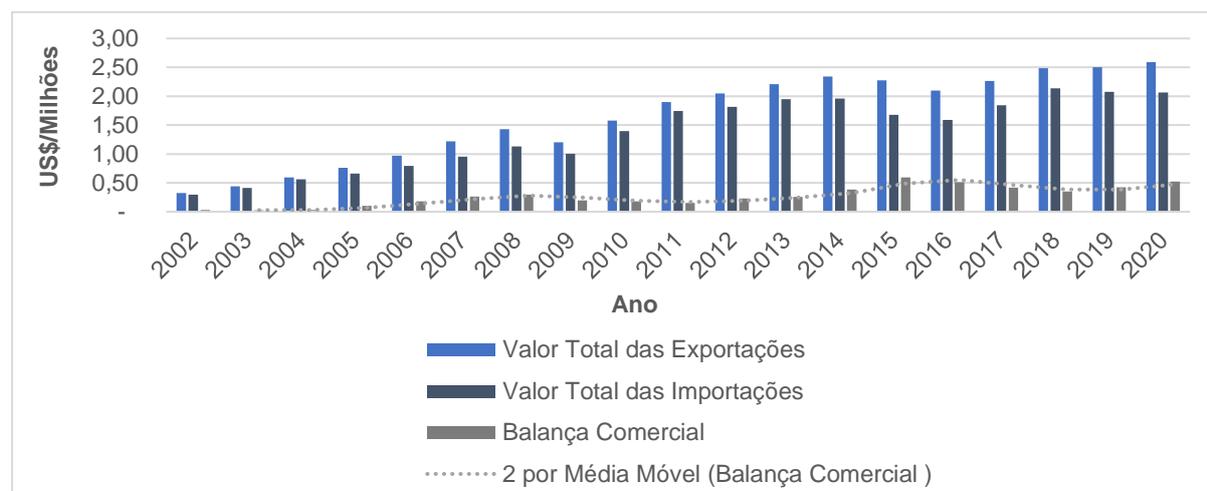
O processo de abertura chinesa iniciado em 1978 culminou, após vários acordos bilaterais, com o seu ingresso, em 2000, na Organização Mundial do Comércio (OMC). Esse ingresso estava inserido na estratégia chinesa de transformar o comércio mundial em ponto central de sua política de crescimento. Para tanto, necessitou contrair diferentes compromissos e, ainda, direcionar esforços para duas frentes no comércio global⁹. O primeiro por meio do processamento de exportações nas cadeias produtivas lideradas pelos produtores da indústria de tecnologia da informação e o segundo, na cadeia liderada pelos consumidores da indústria leve de consumo – vestuário, têxtil, brinquedos, entre outros (MEDEIROS, 2010; 2019).

Assim, se em 2002 a China exportava US\$ 325 bilhões e importava US\$ 295 bilhões, em 2020, as exportações foram de US\$ 2,5 trilhões e as importações alcançaram a casa de US\$ 2,0 trilhões, conforme Gráfico 1 abaixo. Em ambos os casos, o crescimento foi da ordem de 7,9 vezes e 7 vezes, respectivamente, para o período. Cabe destacar, ainda, que a crise econômica mundial resultou em queda das exportações chinesas de 16,01% e 11,2% em 2009, em relação a 2008¹⁰. Contudo, já em 2010, as exportações apresentaram um crescimento de 25%, passando de US\$ 1,2 trilhão para US\$ 1,5 trilhões. Pelo lado das importações, houve um crescimento de 30%, ou seja, transitando de US\$ 1,0 trilhão, em 2009, para US\$ 1,3 trilhão, em 2010 (NBS, 2022).

⁹A China comprometeu-se com a abertura do mercado de serviços; a gradativa redução e eliminação das tarifas de importação; o fortalecimento da lei de propriedade intelectual; o fim dos direitos preferenciais e a eliminação de subsídios às exportações. Segundo Thorstensen (2010, p. 2), as importações foram liberalizadas e as tarifas médias dos anos 80 passaram de cerca de 50%, para 15,6%, em 2001, e 9,5%, em 2009. Quotas de importação foram eliminadas em 2005. O comércio internacional de bens, incluindo exportações e importações, passou de 10% do PIB, em 1978, para 44%, em 2009. A abertura ao exterior resultou na forte elevação das exportações, que saltaram de 5% do PIB na década de 1970 para mais de 30% na década de 2000 (CISEKI, 2012).

¹⁰A crise financeira internacional teve início em meados de 2007, com a insolvência generalizada no sistema de hipotecas imobiliárias nos Estados Unidos (GONÇALVES, 2008). O PIB mundial caiu de US\$ 63,7 trilhões para US\$ 60 trilhões entre 2008-2009. A recessão iniciada em 2008 afetou o desempenho do país. “As exportações chinesas, em 2009, caíram 16% e as importações 11%. Com a queda da demanda externa, criou-se excesso de capacidade em vários setores industriais como aço, alumínio e cimento, o que vem forçando queda de preços de exportação e causando sucessivos conflitos comerciais. Diante da crise internacional, para compensar a queda da demanda externa, o governo chinês decidiu pela expansão da demanda interna, com um pacote de estímulo via aumento dos gastos do governo e de crédito. Reformas estruturais também foram iniciadas, incluindo saúde, educação, segurança social, mercado financeiro e de capitais. Para reduzir o peso da manufatura, reformas foram realizadas na área dos serviços, com a liberalização das restrições sobre o investimento estrangeiro, principalmente em telecomunicações e turismo, e expansão da agricultura, via subsídios à produção e redução da pesada taxa sobre a atividade agrícola” (THORSTENSEN, 2010, p. 10).

Gráfico 1 - Evolução do Comércio Exterior da China no período de 2002-2020 (em US\$ milhões)



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados do National Bureau of Statistics (NBS), 2022.

O Gráfico 1 demonstra ainda que em 2019, o país exportou US\$ 237,65 bilhões e um superávit, superávit de US\$ 421,51 bilhões, com aumento de 20,1% na conta corrente e na conta de capital do balanço de pagamentos (MOFCOM; NBS, 2021).

Em 2015 e 2016, conforme Gráfico 1, a China experimentou o primeiro retrocesso de seu potente setor externo desde a irrupção da crise financeira internacional de 2008. A taxa de cobertura¹¹ indica-nos que 1,20% das exportações pagam as suas importações totais. Nos últimos cinco anos, a China tem sistematicamente absorvido um volume de investimento direto estrangeiro superior a US\$ 100 bilhões anuais – US\$ 14,1 bilhões, em abril de 2021, sendo utilizado 40% – reflexo de seu poder de atração como mercado e como base de produção para o mundo. Entretanto, o comércio exterior chinês vem apresentando grandes alterações na sua estrutura.

A primeira diz respeito à composição da pauta exportadora, pois, desde o ingresso na OMC, a China procede ampliando e diversificando sua pauta exportadora e importadora, bem como planejando o seu comércio em escala mundial. As exportações de produtos de bens de consumo imediatos são gradativamente substituídas por produtos com elevado valor agregado e alto conteúdo tecnológico¹².

¹¹ Taxa de cobertura = $\frac{\text{Exportações}}{\text{Importações}} * 100 \%$.

¹² Além da mudança da composição da pauta exportadora, vem aumentando a fatia de participação do mercado em determinados produtos. Na reportagem do Valor Econômico (2020) destaca que o Nikkei, ao analisar 3.800 produtos, reunidos pelo Centro de Comércio Internacional, a China detinha apenas 61 produtos. Já, em 2019, a China tinha mais de 50% de fatia de mercado em 320 produtos. A reportagem indica que as exportações de computadores de pequeno porte de fabricação chinesa responderam por 66% de todo o mercado global do produto de 2019, no valor de US\$ 95,6 bilhões. A fatia de telas de cristal líquido usadas em PCs e em smartphones também ultrapassou 50%, e a

Rocha (2014), ao utilizar o trabalho de Cunha, Lélis e Bichara (2012), destaca que, entre 1995 e 2010, as exportações chinesas de produtos primários decaíram de 8,23% para 2,31% de participação na pauta exportadora. A queda se fez ainda nos produtos intensivos em recursos naturais de 11,40% para 7,95% e em manufaturas intensivas em trabalho de 45,59% para 27,67%. Em contrapartida, enquanto as manufaturas produzidas por fornecedores especializados (bens de capital sob encomenda) aumentaram de 7,33% para 23,8% de participação, as manufaturas intensivas em P&D (química fina, componentes eletrônicos, telecomunicação e indústria aeroespacial) cresceram de 5,90% para 17,94%. Houve ainda aumento das manufaturas intensivas em escala (automóveis, eletrodomésticos, entre outros) que passaram de 15,62% para 20,04%.

Ainda segundo Rocha (2014), parcela significativa do comércio chinês com o mundo concentra-se em bens de média e alta intensidade tecnológica. Esse processo de alteração da pauta exportadora chinesa manteve-se e acelerou-se pós-2010¹³. Assim, mais de 90% das vendas chinesas são de produtos manufaturados: máquinas automáticas de processamento de dados, equipamentos de transmissão de radiotelefonia, aparelhos elétricos de telefonia de linha, circuitos integrados eletrônicos e lâmpadas e aparelhos de iluminação (APEX, 2018)¹⁴.

A segunda alteração na estrutura do comércio exterior Chinês refere-se às mudanças também na pauta dos produtos importados. Excetuando-se os produtos intensivos em P&D que ampliaram sua participação de 11,24% para 24,81% e os produtos primários que cresceram de 8,5% para 24,02%, entre 1995-2010, os demais tipos reduziram sua participação na pauta¹⁵. Assim, enquanto as importações de produtos intensivos e recursos naturais decresceram de 18,20% para 14,66%, as

participação em aparelhos de ar-condicionado (57%), pias de cerâmica e em assentos sanitários (80%) também subiram (VALOR ECONÔMICO, 30/11/2020).

¹³ Entre 2010 e 2019, verifica-se que, entre os vinte principais produtos, de um total de 181 que constam nas suas exportações atuais, houve queda de participação de produtos como resina e resina ácidos (-86%), grafite natural (-51%), motores elétricos e geradores (-25%) e corantes orgânicos sintéticos (-20%). Por sua vez, os produtos que mantiveram aumento de participação no volume das exportações foram alumínio laminado (136%), veículos automotores (125%), porcelanas e cerâmicas para uso doméstico em 107%, artigos plásticos em 92%, diodo e semicondutores (81%), entre outros (NBS, 2022).

¹⁴ A inserção internacional da China tem se consolidado no setor industrial, o que implicou importantes mudanças em sua composição das exportações e do seu setor produtivo. Segundo Deng, Deng (2022), em 2010, Pequim lançou um ambicioso plano de *catch-up* tecnológico na indústria de semicondutores, por meio de uma série de investimentos bilionários no setor, com o intuito de reverter a tendência das taxas declinantes de crescimento econômico.

¹⁵ "A China, como polo importador, passa por mudanças nos hábitos alimentares e dietas de classe da sua população rumo ao aumento do consumo de proteína animal e por reestruturações na produção pecuária e nas indústrias de carnes (principalmente suínos) e rações, devido à elevação da renda *per capita*, urbanização e afluência da nova classe média" (ESCHER; WILKINSON, 2019, p. 657).

manufaturas intensivas em trabalho reduziram-se de 20% para 8,69% (CUNHA; LÉLIS; BICHARA, 2012 *apud* ROCHA, 2014).

A terceira alteração diz respeito ao destino das exportações e origem das importações de seus produtos. Em 2016, as exportações da China registraram o valor de US\$ 2,1 trilhões. Os principais destinos dos produtos chineses foram União Europeia (16,2%), ASEAN (12,2%), Estados Unidos (18,4%), Hong Kong (13,7%), Japão (6,2%) e Coreia do Sul (4,5%). Já em 2005, enquanto os EUA detinham 21,42%, Hong Kong participava com 16,34%, o Japão, 11,0% de participação e a Coreia do Sul, 4,61%¹⁶. Em termos de origem, em 2016, a China importou US\$ 1,588 trilhão, sendo 12,95% oriundas da União Europeia ASEAN (12,4%), Coreia do Sul (10%), Japão (9,2%), Taiwan (8,7%) e Estados Unidos (8,5%). Contudo, em 2005, 15,21% das importações totais foram oriundas do Japão, seguido de 11,64%, da Coreia do Sul e 7,39%, dos EUA (APEX, 2018).

Em termos gerais, Pasin (2008), ao citar Cui e Syed (2007), esclarece que, quanto mais a China se desloca para cima nas Cadeias Globais de Valor (CGV), tanto as importações quanto as exportações se tornam mais sofisticadas. Ademais, a China busca ampliar e diversificar a origem das importações e o destino de suas exportações, mediante acordos bilaterais e também regionais pelo livre comércio. Um dos exemplos recentes foi o acordo estabelecido em 2021 com o Equador¹⁷. Esses acordos visam a uma multilateralidade do seu comércio exterior, possibilitando diferentes relacionamentos e impactos. Nas palavras de Rocha (2014), a ascensão chinesa no comércio mundial e seus impactos não apresentam um único padrão de relacionamento¹⁸.

A expansão e o alastramento da China na economia mundial ocorrem por intenso movimento de Investimentos Diretos Externos. Estes fazem-se na forma de

¹⁶Hong Kong, em 2010, importou US\$ 21,8 milhões da China e, em 2020, um total de US\$ 27,2 milhões. Contudo, em 2013, o valor representava US\$ 38,4. Já os Estados Unidos enquanto, em 2010, importava US\$ 28,3 milhões, em 2020, salta para US\$ 45,1. Comparativamente, entre 2010-2020, tem um crescimento de 59,46%. Porém, os maiores crescimentos, em termos de importação, ocorreram no Vietnã, com 491%, passando de US\$ 2,3 milhões para US\$ 11,3 milhões, para o mesmo período (NBS, 2022).

¹⁷ A negociação e assinatura do acordo de livre comércio visa explorar ainda mais o potencial do comércio bilateral entre a China e o Equador e promoverá o desenvolvimento sustentável e estável (MOFCOM, 2021).

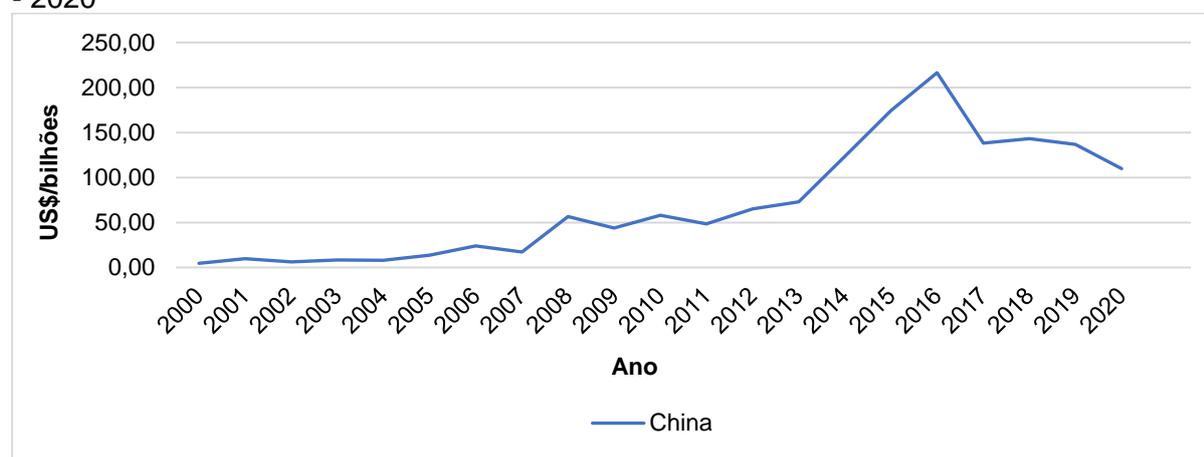
¹⁸Em relação à América Latina, Rocha (2014) destaca que, no caso do Chile, o país tende a ser mais beneficiado pela ascensão chinesa. No caso brasileiro, os impactos de longo prazo tendem a levar a reprimarização da pauta exportadora e, conseqüentemente, da estrutura produtiva. Por sua vez, o México é um dos países mais prejudicados devido às similaridades com a pauta exportadora chinesa. Os países da América Central especializados na exportação de produtos intensivos em mão de obra podem ser inseridos no padrão mexicano.

controle acionário de empresas (aquisição, fusão e *joint venture*) e na forma de novos investimentos (*greenfield*).

Ascensão chinesa nos Investimentos Diretos Externos (IDE)

O investimento estrangeiro direto (IED) e o investimento direto externo (IDE) foi uma importante estratégia de desenvolvimento econômico após a abertura e a reforma econômica de 1978, durante o período "*Boluan Fanzheng*". Assim, desde 1978, foi gradativamente aumentando sua participação como um grande investidor estrangeiro direto, passando de um estoque de US\$ 9 bilhões, em 1992, para o valor de US\$ 366 bilhões, em 2010¹⁹. No Gráfico 2, observa-se que, entre 2000 e 2020, os fluxos de investimentos subiram cerca de US\$ 4 bilhões para US\$ 65 bilhões.

Gráfico 2 – Investimentos Diretos Externos (BoP, US\$ corrente) da China no período de 2000 - 2020²⁰



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos Indicadores do Banco Mundial, 2022.

No Gráfico 2, observa-se um crescimento relativamente lento entre 2000-2006, este período que apresentou eventos de desaceleração da atividade econômica do país, com uma breve redução em 2007 de 41% em relação a 2006, seguida de uma

¹⁹Os autores Frischtak, Soares e Ó Conor, (2013), com base em Buckley et al. (2007), afirmam que o desenvolvimento de políticas públicas para o IDE chinês foram implantadas em cinco etapas: "A primeira fase, no período de 1979-1985, é caracterizada por esforços de internacionalização cautelosos por parte do governo chinês [...] A segunda fase, que abarcou os anos de 1986-1991, é caracterizada pelo encorajamento do IDE pelo governo, permitindo que as empresas chinesas estabelecessem filiais estrangeiras [...] A terceira fase, de 1992-1998, é marcada pela expansão do IDE chinês e aumento da regulação por parte do Ministério de Comércio Exterior e Cooperação Econômica (MOFTEC). [...] A quarta fase, entre 1999 e 2001, é caracterizada por um aumento da regulação simultâneo à implementação formal por parte do governo da estratégia "*Go Global*". A quinta fase, definida como o período pós-2001, é caracterizada pela adesão da China à OMC e sua maior abertura para a economia global, elevando as pressões competitivas para que empresas chinesas se internacionalizassem".

²⁰ Os dados, a partir de 2005, baseiam-se na sexta edição do Manual da Balança de Pagamentos (BPM6) do FMI. No BPM6, as rubricas da conta financeira foram alteradas de créditos e débitos para aquisição líquida de ativos financeiros e realização líquida de passivos; ou seja, todas as variações devidas a lançamentos de crédito e débito são registradas em base líquida separadamente para ativos e passivos financeiros. Os saldos das contas financeiras são calculados como a variação do ativo menos a variação do passivo; os sinais são invertidos das edições anteriores (BM, 2022).

retomada e novamente redução em 2009. A queda 2009 decorre do impacto da crise financeira disseminada pelos EUA, bem como o jogo de interesses geoeconômicos. Em resposta à crise financeira global, ocorrida entre 2007 e 2008, o Estado chinês introduz uma série de inovações institucionais visando ao controle das contas de entradas e saídas de capital por parte do governo (JABBOUR; PAULA, 2018).

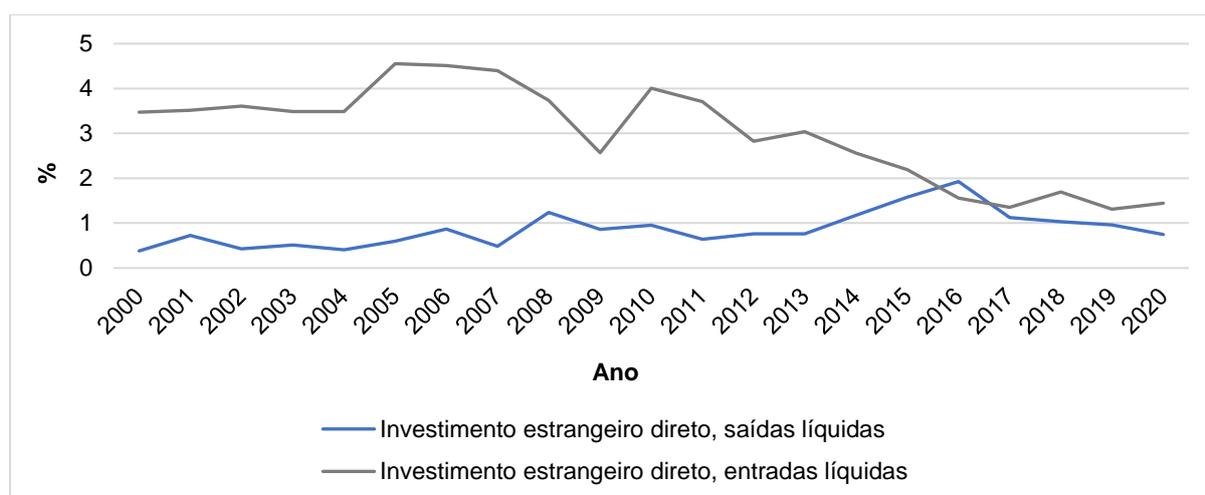
Relativamente aos anos de 2009-2011, ocorreram oscilações de crescimento e redução dos IDEs. Apesar disso, a partir de 2011, o crescimento foi vertiginoso, atingindo seu ápice em 2016, com um valor de cerca de 216 bilhões de dólares. Cabe destacar que, a partir de 2013, o governo chinês criou, como estratégia de extroversão das empresas estatais, a *Belt and Road Initiative* (Nova Rota da Seda), tendo em vista uma ampliação da interconexão global via investimentos, financiamentos e contratos de construção (CARIELLO, 2021)²¹.

Verifica-se ainda, no Gráfico 2, uma leve redução entre 2017 e pequenos acréscimos nos anos seguintes, com queda de 2016 em relação a 2020, em negativo 49,30 % e, assim, passando de U\$ 217 bilhões para U\$ 110 bilhões²². Essa redução é explicitada pelas novas restrições à saída de capitais impostas pelo governo, pela guerra comercial entre EUA e China iniciada em 2018 e pela pandemia provocada pelo vírus (Covid-19).

Do mesmo modo que houve redução da saída de recursos chineses para investimento direto externo, ocorreu diminuição dos investimentos externos na China, conforme demonstra o Gráfico 3. Analisando-o, constata-se que, desde 2000, a entrada de investimento externo, em porcentagem, sempre foi superior à saída de recursos para o exterior. No entanto, em 2016, os IDEs da China superaram os investimentos externos diretos (IED) e, por conseguinte, fecharam no valor total de U\$ 175 bilhões (BM, 2022).

²¹Até janeiro de 2021, cerca de 140 países já haviam assinado memorandos de entendimento para participar da iniciativa, que abarca nações da África Subsaariana, Europa e Ásia Central, Ásia Oriental e Pacífico, Oriente Médio, Norte da África, América Latina e Caribe e Sudeste Asiático (NEDOPIL, 2021 apud CARIELLO, 2021, p. 55).

²² Os aportes não financeiros para o exterior reduziram-se de US\$ 170,1 bilhões, em 2017, para US\$ 110,2, em 2020. A queda, a partir de 2016, manifestou-se nas fusões e aquisições. “Em 2016, o país realizou 724 operações desse tipo, no valor total de US\$ 107 bilhões. No ano seguinte, o número de empreendimentos diminuiu para 341, com montante de US\$ 96 bilhões, marcando quedas de 53% no total de operações e de 10% nos valores envolvidos. Também houve retração de 33% no número de países e regiões em que a China realizou essas operações, que diminuíram de 73 para 49 (CARIELLO, p. 56).

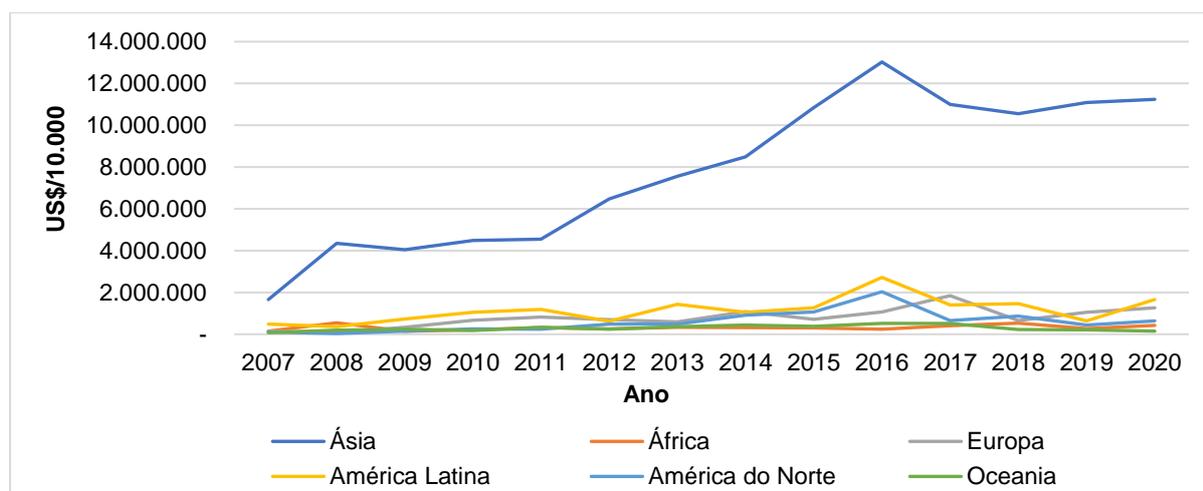
Gráfico 3 – IDE e IED da China no período de 2000 – 2020 (% do PIB)²³

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos Indicadores do Banco Mundial, 2022.

O Gráfico 3 demonstra que, em 2020, as entradas líquidas foram maiores que as saídas de investimentos na relação percentual com o Produto Interno Bruto. Enquanto a primeira ficou em 1,44% a outra consolidou-se em 0,76%. Em contrapartida, os investimentos externos diretos da China aumentaram de 0,48%, em 2007, para 1,23%, em 2008, com leve queda em 2009 e 2011. Em 2016, as saídas de investimentos externos superaram e ultrapassaram os investimentos que entravam no território chinês, porém, em 2017, entra em queda novamente até o ano de 2020, em 0,74% da representação do Produto Interno Bruto (BM, 2022).

Os investimentos diretos da China, em 2020, concentraram-se, sobretudo, nos EUA, com cerca de US\$ 7,2 bilhões contra US\$ 7,4 bilhões da União Europeia e do Reino Unido (ambos da UE). Na Austrália, os IDEs chineses chegaram a US\$ 710 milhões. Cabe destacar que tanto os EUA, União Europeia, o Reino Unido e Austrália apresentaram queda nos IDEs chineses pós-2016 – US\$ 48, 9 bilhões, US\$ 48,5 bilhões e US\$ 12,3 bilhões, respectivamente (CARIELLO, 2021). Para tanto, o Gráfico 4 expressa as principais regiões mundiais que recebem os investimentos externos.

²³ No final de 2019, nos estoques de investimento direto de saída, os setores destaques foram: locação e serviços empresariais, em US\$ 73.408.168,00; comércio por grosso e a retalho, em US\$ 29.553.871,00; mediação financeira, em US\$ 25.453.442,00; transmissão de Informação, Software e Tecnologia da Informação, em US\$ 20.220.605,00; e Fabricação, em US\$ 20.013.570,00 (NBS, 2022).

Gráfico 4 - IDE da China por Região Global (Em US\$ 10.000) no período de 2007 - 2020

Fonte: Elaborado pelos autores, com base National Bureau of Statistics, 2022.

No ano de 2020, na Ásia, o destaque do direcionamento dos valores ficou para Hong Kong, com 79,35%, seguido por Cingapura em 5,27%, Tailândia e Vietnã participando de 1,67% (NBS, 2022). Neste mesmo ano, o investimento direto das empresas chinesas na África ultrapassou 43 bilhões de dólares americanos, destacando Sudão, Angola e Nigéria, que juntos detêm uma parcela do total de aproximados 60%.

Na América do Norte, mesmo com queda de investimento desde 2016, determinados países se sobressaem. Os Estados Unidos absorvem 95% dos investimentos, enquanto na Oceania, tem-se como destaque a Austrália em 83%, em 2020. Na Europa, a Rússia teve um grande salto em 2020, do fluxo de investimento externo em US\$ 570 milhões, com um aumento de 50% em relação ao ano anterior de 2019²⁴.

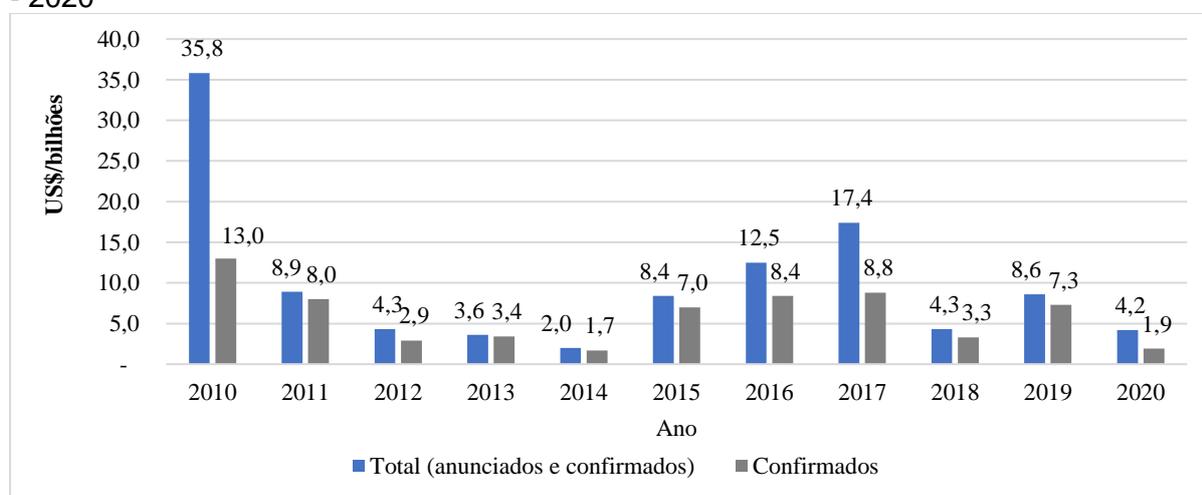
Na América Latina, o Brasil concentrou 49% dos investimentos chineses, e o restante dos distribuíram-se as partes entre México, Argentina, Bolívia e Chile. De acordo com levantamento do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), entre 2007 e 2020, 130 empresas chinesas anunciaram 241 projetos no Brasil, com potencial de investimentos que chegaram a US\$ 110,6 bilhões. Desse total, 176 empreendimentos foram de fato colocados em prática, com aportes que somam US\$ 66,1 bilhões²⁵.

²⁴ Na Europa, os IDEs chineses realizados entre 2000 e 2019 incluem os investimentos em transportes e infraestruturas (29,1%), as tecnologias da informação e da comunicação (12,4%) e a energia (10,1%), bem como o setor de automóvel (14,1%) e o setor imobiliário e da hotelaria (11,2%). Ver <https://www.eca.europa.eu/Lists/ECADocuments/RW20_03/RW_EU_response_to_China_PT.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2022.

²⁵ Conforme Carielle (2021, p. 18), “em análise comparada, o China Global Investment Tracker (CGIT), que computa apenas investimentos acima de US\$ 100 milhões, estima em US\$ 60,6 bilhões o valor do

Segundo Kupfer e Freitas (2018), até 2010, o IDE chinês foi muito limitado, saindo de US\$ 0,45 bilhão, entre 2007-2009, de investimentos confirmados, para US\$ 13 bilhões, em 2010, e recuando para US\$ 1,9 bilhão, em 2020 (CARIELLE, 2021)²⁶. Para o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), entre 2007 e 2018, a China investiu cerca de US\$ 58 bilhões no Brasil, concretizando mais de 140 projetos. Com base nos mesmos dados, em 2010, os chineses investiram US\$ 13 bilhões no Brasil por meio de doze projetos, marcando o ano de “descoberta” do país pelas empresas chinesas, que, desde então, têm mostrado interesse em diversas áreas. O Gráfico 5 revela a evolução dos IDEs chineses no Brasil.

Gráfico 5 – Fluxo de Investimentos Chineses no Brasil (Em US\$ bilhões) no período de 2010 - 2020



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nas informações da Cooperação Empresarial Brasil-China (CEBC), 2022.

Pelo Gráfico 5, constata-se que, desde 2010, vem ocorrendo uma redução dos IDEs chineses no Brasil, com uma pequena recuperação a partir de 2015 e novamente uma redução de 62%, em 2018, em comparação a 2017. Cabe destacar que, entre

estoque dos investimentos chineses no Brasil nesse período, enquanto a Red ALC-China e o Monitor de la OFDI de China en América Latina y el Caribe (2021) informam um montante de US\$ 52,6 bilhões. Apesar de eventuais diferenças de valor, é interessante notar que, no contexto geográfico, o CGIT calcula que 47% do valor investido pela China na América do Sul até 2020 tiveram o Brasil como destino. Da mesma forma, a Red ALC-China aponta o país como o maior receptor desses aportes na América Latina e Caribe até 2020, com fatia de 35% do total”.

²⁶Segundo Kupfer e Freitas (2018), a análise da evolução dos IDEs chineses no Brasil entre 2010-2016, apresentam três padrões: “1) modificação na composição setorial dos investimentos, onde se percebe tanto uma tendência de aumento da participação do setor de serviços, como uma mudança no setor principal de destino (de Indústria Extrativa para Indústria de Eletricidade e Gás); 2) aumento na participação da entrada do capital chinês através de expansão orgânica, ainda que o método de ingresso principal dos investimentos seja F&A; e 3) desconcentração dos investimentos no segundo biênio (2012-2014), que logo em seguida é revertida” (KUPFER, FREITAS, p. 3). De acordo com o Conselho Empresarial Brasil-China, é possível uma quarta fase a partir de 2014 caracterizada pelos volumosos investimentos nas áreas de energia elétrica, óleo, gás, agronegócios, tecnologia e infraestrutura (CEBC, 2019).

2007-2020, esses investimentos em termos de estoque fizeram-se no elétrico, com 31% do valor dos investimentos anunciados e confirmados, “seguido pelas áreas de extração de petróleo e gás natural (23%), extração de minerais metálicos (11%), agricultura (9%), metalurgia (6%), fabricação de veículos automotivos (4%), fabricação de produtos químicos (4%), serviços financeiros (4%) e obras de infraestrutura (3%)” (CARIELLE, 2020). Segundo Carielle (2018), os investimentos ligados à agricultura representam apenas 3% do total, que vão desde a comercialização e fornecimento de produtos agrícolas até a fabricação de químicos para a agroindústria²⁷.

Considerações sobre Imperialismo, Geopolítica e Geoeconomia

A temática sobre o imperialismo foi objeto de análise de diferentes autores, que refletem desde J. A. Hobson, passando por R. Hilferding, K. Kautsky, R. Luxemburgo, V. Lenin, N. Bukharin, entre outros. Apesar das semelhanças e diferenças, esses autores procuraram compreender a dinâmica do sistema capitalista do final do século XIX e início do século XX²⁸. É consenso entre os autores que o imperialismo é uma estrutura orgânica do capitalismo. Em síntese, Lênin (2012) destaca que existem cinco grandes forças na construção, desenvolvimento e a expansão do imperialismo:

²⁷ Segundo Escher e Wilkinson (2019), os IDEs chineses nos agronegócios podem ser divididos em três fases: (1) dos anos 2000 até 2008, caracterizada pela emergência da China como um *player* global no mercado de commodities; (2) dos anos 2008 até 2012, marcada pela intensa saída das empresas chinesas na compra de largas porções de terra nos países do sudeste asiático, África e América Latina, incluindo o Brasil; (3) dos anos de 2012 até os dias correntes, observa-se “uma mudança de estratégia, em que a orientação dos IDEs chineses se desloca de operações *greenfield* na compra de terras para o cultivo direto e se direciona a operações de fusão e aquisição de ativos de empresas de agronegócios com o objetivo precípua de controlar as cadeias de valor de determinadas commodities em certas regiões-chave, contando inclusive com a construção de infraestruturas de logística, transporte e armazenagem” (ESCHER; WILKINSON, 2019, p. 673).

²⁸ Para uma revisão dos pontos comuns e divergentes entre os autores, ver Mariutti (2013); Leite (2014) e Sabadini e Campos (2021). Além desse debate clássico, emergiu no século XXI, em decorrência do possível conflito geoeconômico entre Estados Unidos e China, “novos” referenciais teóricos-políticos-econômicos para compreensão das mudanças estruturais no funcionamento da economia mundial. Ou seja, emerge a reflexão sobre o “novo” imperialismo. Harvey (2014) considera as teorias clássicas sobre o imperialismo inadequadas para a compreensão do imperialismo contemporâneo. Harvey divide o imperialismo capitalista em três períodos: (1) ascensão dos imperialismos burgueses (1870-1945); (2) o imperialismo hegemônico norte-americano (1945-1970); e (3) o imperialismo de hegemonia neoliberal (1970-2000). Segundo o autor, vivenciamos a terceira – em transição para a quarta – fase do imperialismo. Na concepção de Harvey, o novo imperialismo é caracterizado pelo fato de a acumulação mediante a reprodução ampliada do capital (D-M-D’) ser substituída pela “acumulação por espoliação” (“formas não capitalistas” de apropriação). Segundo Mariutti (2013, p. 29), “David Harvey tenta reabilitar a interpretação de Rosa – ressaltando a sua importância fundamental para explicar tanto o imperialismo clássico quanto o “novo” imperialismo – mediante uma mudança na terminologia. Ao invés de recorrer ao termo ‘acumulação primitiva’, ele prefere substituí-lo por ‘acumulação por espoliação’ (uma mudança que, na realidade, é meramente cosmética)”. No entendimento de Harvey, na manutenção do processo de acumulação por espoliação, o Estado neoliberal impulsiona práticas imperialistas, estimulando o conflito geopolítico entre EUA de um lado e a China, Rússia, França e Alemanha de outro. Smith (2017) salienta que Harvey nega o imperialismo.

“1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse ‘capital financeiro’ da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes” (LÊNIN, 2012, p. 194).

Cabe destacar que a partilha do mundo entre as potências capitalistas se faz pelo uso das guerras. As guerras imperialistas são um traço característico da fase monopólica/imperialista (SOARES, 2021)²⁹. Neste sentido, adverte Lênin (2012, p. 185):

“Os capitalistas não partilham o mundo levados por uma particular perversidade, mas porque o grau de concentração a que se chegou os obriga a seguir esse caminho para obterem lucros; e repartem-no “segundo o capital”, “segundo a força”; qualquer outro processo de partilha é impossível no sistema da produção mercantil e no capitalismo. A força varia, por sua vez, de acordo com o desenvolvimento econômico e político; para compreender o que está a acontecer é necessário saber que problemas são solucionados pelas mudanças da força, mas saber se essas mudanças são “puramente” econômicas ou extra-econômicas (por exemplo, militares), é secundário e em nada pode fazer variar a concepção fundamental sobre a época atual do capitalismo. Substituir o conteúdo da luta e das transações entre os grupos capitalistas pela forma desta luta e destas transações (hoje pacífica, amanhã não pacífica, depois de amanhã outra vez não pacífica) significa descer ao papel de sofista”.

Em termos gerais, a guerra é um meio para acumulação monopolista do capital. É uma guerra de conquistas territoriais, de pilhagem e de rapina. As guerras são inevitáveis enquanto subsistir a propriedade privada dos meios de produção (LÊNIN, 2012). As guerras não é algo externo ao capitalismo, ela é inerente a fase monopolista (SOARES, 2021).

O termo Geopolítica foi introduzido em 1899 pelo sueco Rudolf Kjellén, que a definiu como a ciência do Estado³⁰. A “geopolítica é a ciência que estuda o Estado como organismo geográfico” (VESENTINI, 2004, p. 15). Rosa (2021) ao se referir R. Kjellén, afirma que a geopolítica corresponderia à teoria do Estado como um

²⁹ Além das guerras, Soares (2021) destaca, com base em Lênin, a aristocracia operária é um elemento dessa fase imperialista.

³⁰ Cabe destacar que a geopolítica se diferencia da geografia política cunhada por F. Ratzel. Nas palavras de Costa (1992, p. 16), a geografia política é “o conjunto de estudos sistemáticos mais afetos à geografia e restrito às relações entre o espaço e o Estado, questões relacionadas à posição, situação, características das fronteiras, etc., enquanto à geopolítica caberia a formulação das teorias e projetos de ação voltados às relações de poder entre os Estados e às estratégias de caráter geral para os territórios nacionais e estrangeiros, de modo que esta última estaria mais próxima das ciências políticas aplicadas, sendo assim mais interdisciplinar e utilitarista que a primeira”. Assim, segundo Castro (2005, p.68), Ratzel desenvolveu uma geografia política que discute o Estado, tendo como elemento crucial o espaço geográfico. A teoria de Ratzel foi durante muito tempo simplificada e reduzida (ARCASSA, 2014).

organismo ou fenômeno geográfico no espaço, isto é, o Estado como terra, território, domínio ou, mais sugestivamente, um reino³¹.

Além de Kjellén, a geopolítica clássica teve em Alfred T. Mahan, Halford J. Mackinder e Nicholas Spykman seus grandes expoentes. Soma-se ainda Karl Haushofer. Em 1904, Mackinder “foi pioneiro em formular mapas geopolíticos do mundo como instrumentos analíticos e estratégicos, a partir das condições do poder internacional e das circunstâncias históricas” (BARACUHY, 2021, p. 21).

Nessa discussão, Mackinder apostou na supremacia do poder terrestre, sugerindo “O Pivô Geográfico da História”, e Mahan propôs que o controle do mar seria a chave para o domínio do mundo. Mahan, no trabalho “A influência do Poder Marítimo na História”, dirige sua atenção para dois temas: a guerra no mar e a estratégia naval (CORRÊA *et al.*; 2018; BARACUHY, 2021). Por sua vez, “Nicholas Spykman levaria o pensamento geopolítico a um novo patamar analítico. Sua visão era de um equilíbrio de poder geoestratégico efetivamente global, com um papel preponderante para os EUA” (BARACUHY, 2021, p. 33).

A análise da geopolítica desenvolvida por Haushofer está inserida na conjuntura da derrota alemã de 1918 e do Tratado de Versalhes. Sua geopolítica concebia uma constelação antibritânica de poder, com seu eixo russo-soviético, estando o território alemão conectado ao japonês por intermédio de uma rede de transporte terrestre³².

Haushofer salienta que os Estados deveriam organizar-se em “Pan-regiões”, sendo cada uma delas fundada numa “Pan-ideia”. As quatro principais Pan-ideias identificadas por Haushofer eram o pan-asiatismo, o pan-islamismo, pan-americanismo e o pan-europeísmo. Existiriam, assim, quatro grandes Pan-regiões no globo: (a) Eurásia, sob a liderança da Alemanha; (b) Pan-Rússia, liderança russa; (c)

³¹Para Kjellen a geopolítica “é o estudo do Estado como organismo geográfico, isto é, como fenômeno localizado em certo espaço da Terra, logo do Estado como país, como território, como região, ou, mais caracteristicamente, como Reich” (KJELLEN apud BACKHEUSER, 1952, p. 56).

³² Paradoxalmente, Haushofer erroneamente passou para a história como o geopolítico responsável pela transformação da Geopolitik em arma do nazismo. Teórico da geopolítica clássica teve pouca influência na política externa alemã. Arcassa (2014) ressalta que o expansionismo nazista se deu de forma contrária aos ensinamentos de Haushofer. Segundo Arcassa (2014), o general afirmava que a Alemanha deveria constituir um bloco transcontinental euroasiático, composto por uma aliança entre Rússia, Alemanha e Japão, capaz de colocar em xeque o poderio naval da Inglaterra, além de poder suficiente para dominar o heartland (ARCASSA, 2014). Segundo Martin (1995, p. 91 *apud* ARCASSA, 2014), “não se pode responsabilizar toda a Geopolítica pelos sonhos de conquista do III Reich. [...] Diga-se de passagem, se Hitler tivesse dado mais atenção a seu conselheiro geopolítico, major general Karl Haushofer, quem sabe nunca tivesse invadido a União Soviética. Os ensinamentos, os artigos e os livros de Karl Haushofer sustentaram numerosos jovens ligados ao nazismo (principalmente seu discípulo Rudolf Hess)”.

Pan-América, controle dos Estados Unidos; e (d) Zona de coprosperidade asiática, dominada pelos japoneses (FERNANDES, 2003).

Com base em Osterud (1988), Lins (2011) afirma que geopolítica diz respeito às relações entre poder e espaço, implicando estratégias e ações dos Estados nacionais em defesa de seus interesses econômicos e políticos, e no controle das posições conquistadas. Para Fiori (2014, p.141) "a geopolítica é um conhecimento estratégico e normativo que avalia e redesenha a própria geografia a partir de algum projeto de poder específico, defensivo ou expansivo."

Já geoeconomia refere-se à globalização dos mercados e das ações empresariais, destacando-se o acirramento da concorrência e a situação de países e regiões perante fluxos de alcance planetário (BARTON, 1999; CRUZ DE CASTRO, 2000; SPARKE, 2007 *apud* LINS, 2011)³³.

De forma geral, enquanto a geopolítica estaria diretamente associada às estratégias dos Estados, a geoeconomia vincula-se ao mercado. Contudo, cabe ressaltar que os interesses geoeconômicos e geopolíticos se mostram fortemente imbricados e estão relacionados a estratégias de poder.

Controvérsias sobre o imperialismo e a geopolítica chinesa

Partindo de algumas características intrínsecas ao imperialismo e da inserção da China na economia mundial, vários autores defenderam a tese de que as estratégias chinesas na economia mundial são imperialistas. Assim, conforme Ho-Fung Hung (2018), a China, como grande exportadora de capital, está seguindo os passos das potências capitalistas-imperialistas.

Por sua vez, Maestri Filho (2021) declara que o despertar do Dragão na economia mundial fez nascer o imperialismo chinês. E, de uma forma não tão incisiva, Mercatante (2020), ao citar Au Loong Yu, defende que a China é um imperialismo em processo de construção ou constituição, mas ainda não foi consumado. A ideia de um imperialismo em construção é também defendida por Rousset (2014), conforme afirmaram Fernandes e Wegner (2018). Ainda segundo Fernandes e Wegner (2018), autores como Bond (2014) falam em tendências subimperialistas da China, a partir da constituição do BRICs (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

³³ O conceito de geoeconomia foi empregado em 1990 pelo romeno, naturalizado norte-americano, Edward Luttwak (2021). Porém, de acordo com Egler e Matos (2012), a geoeconomia ganhou força nas escolas americanas e alemãs durante os primeiros anos do século XX e difundiu-se pelas análises de localização geoeconômica de Perroux.

Em contraposição aos argumentos favoráveis ao imperialismo chinês, Fernandes e Wegner (2018, p. 31) afirmam que a China “mantém a construção do socialismo, ainda que com características próprias e que, portanto, seu desenvolvimento não se apresenta como imperialismo”. Ribeiro (2017, p. 121) explica que “a expansão da China se apresenta como um fenômeno novo e peculiar relacionado a um desdobramento de um processo de acumulação específico e contraditório”. Sua projeção “deve ser analisada com cautela, antes de ser conceitualizada como imperialista” (RIBEIRO, 2017, p. 131).

No debate Munk, realizado no Thomson Hall de Toronto e que foi publicado no livro o “Século XXI pertence a China? Um debate sobre a grande potência asiática”, Kinssinger (2011, p. 26) afirmou que a China terá adaptações a fazer tanto do ponto de vista interno como externo e, assim, “esses problemas têm solução, mas não devem ser comparados com as ideias ocidentais de imperialismo”. Segundo Silva (2020, p. 162), “tomando-se os contextos históricos e geográficos, bem como as estatísticas, é pouco crível afirmar que a projeção internacional deste socialismo de mercado tenha tomado a forma do colonialismo ou do imperialismo”.

Jabbour (2018, p. 2), em entrevista a Ricardo Machado, afirma com solidez que a China não é capitalista, nem imperialista. Segundo ele, ocorre o chamado “Estado socialista hegemônico”, cujo ponto forte dessa homogeneidade é o Partido Comunista da China (PCCh). Com relação à política externa, [...] sua dinâmica de desenvolvimento é oposta ao do verdadeiro imperialismo (Estados Unidos). Assim, vestir a China de imperialista é como colocar um sinal de igualdade entre os Estados Unidos.

Alves (2010, p. 26), ao discutir os interesses econômicos da China na África, afirma que:

Os empréstimos possuem uma característica muito apreciada pelos governos africanos: são isentos de condicionalidade – o contrário do que ocorre com os recursos colocados à disposição por entidades multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, que exigem como contrapartida a observância de padrões mínimos de governança³⁴.

Processo semelhante acontece em relação à Ásia-Pacífico, criando oportunidades de desenvolvimento. Ademais, cabe ressaltar que a China apoiou os

³⁴ Na verdade, os países que recebem esse empréstimo do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional têm que seguir a orientação de privatizar, abrir conta de capitais, desregular o mercado de trabalho, enfim, uma cartilha ultraliberalizante. Na entrevista dada ao canal Fundação Maurício Grabois, em 2021, Jabbour (2021) salienta que o imperialismo é a superestrutura do capitalismo, denominada e expressada em formas de financeirização.

movimentos da libertação nacional, defendeu a autodeterminação dos povos e a política terceiro-mundista.

Enquanto, o imperialismo americano se apresenta ao mundo em busca de um domínio e expansionismo (por exemplo, em países como Líbia, Iraque e Afeganistão) mediado por guerras, o expansionismo chinês anuncia a construção de um mundo de destino compartilhado. Já os americanos retoricamente visam retomar sua liderança do altar mundial.

A China, como nova potência econômica mundial, diverge dos países imperialistas, como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha. Campbell (2008, p. 100) ressalta o seguinte:

First and most importantly, China was never a participant in the inglorious transatlantic slave trade. Second, there has been no tradition of Chinese colonialism, genocide and occupation in Africa. Third, China embraced the African liberation process with diplomatic, political, material and military support.

Vale ainda acrescentar que, no discurso do ministro-conselheiro da embaixada da China, Qu Yuhui (2021), rejeitou essa definição de imperialista, argumentando que, “quando um país é poderoso, existe a tendência de classificar esse país como imperialista, mas quais são os critérios que definem um país imperialista? Não é o poder que certo país dispõe, é como ele vai usar esse poder”. Um país imperialista usa seu poderio militar para se expandir para fora de seu território nacional. Na área econômica, busca determinar as regras do jogo. Na diplomacia, tem tendências unilaterais. Na religião e cultura, impõe como universal e pura. O poder da China na economia mundial, apesar de levar novas relações no xadrez geopolítico mundial, não é consequência de um projeto geopolítico de conquista direta dos territórios, como foi o caso dos países como Alemanha, França, EUA, entre outros. Neste sentido,

A China não pretende prosseguir o caminho da Alemanha ou do Japão anterior à Segunda Guerra Mundial, que buscavam conquistar recursos através do uso da força e almejavam a hegemonia, nem o padrão da Guerra Fria de estabelecer uma disputa entre modelos ideológicos para dominação global. Ao contrário, o crescimento chinês é uma janela de oportunidade para o resto do mundo na medida em que outras nações podem compartilhar da

dinâmica deste processo (ZHENG, 2005 *apud* PECEQUILLO; CARMO, 2014, p. 44).

Em termos de geopolítica chinesa, enquanto Medeiros (1999) fala em desenvolvimento geopolítico chinês, Acioly e Leão (2011) destacam que as mudanças no setor externo chinês “têm desempenhado um papel relevante para o desenvolvimento econômico e para a inserção geopolítica chinesa” (ACYOLI; LEÃO, 2012, p. 3). Por sua vez, Aguiar (2017) destaca que o papel da China, na busca por recursos naturais, alimentos, energia e investimentos em infraestrutura, é estratégia geopolítica.

Outros autores associam as estratégias geopolíticas chinesas aos avanços nos investimentos militares. Assim, Ho-Fung Hung (2018, p. 3) ressalta que o “crescimento da participação econômica da China no Sul global está pressionando Pequim a iniciar sua projeção de poder político e militar no exterior”. A tese do poder militar chinês e os investimentos em segurança são ainda reforçados por Cornélio (2018).

Em contraposição a essas teses, Sawaya (2022, p. 8) destaca que a China “se aproveitou de forma estratégica dessa onda globalizante, atraiu o grande capital transnacional para suas fronteiras e sob seu controle, se colocou no centro das cadeias de valor globais e desestabilizou a estrutura de poder”.

De acordo com Jabbour e Dantas (2021), a geopolítica chinesa guarda diferenças profundas no que concerne à geopolítica gestada pela globalização financeira levada a cabo pelo imperialismo. A rápida ascensão da China é uma prova de que as sociedades pobres podem ascender além da exploração colonial. Por fim, Mamigonian, (2021) afirma que os EUA se tornaram a potência imperialista mais poderosa do mundo, enquanto a China foi vítima do colonialismo e do imperialismo e tornou-se a maior potência anti-imperialista dos dias atuais.

Em termos gerais, a China, desenvolve estratégias diferentes das agressões e a dominação política armada. Enfim, as estratégias chinesas diferem do "militarismo keynesiano americano"³⁵. As estratégias chinesas no xadrez geopolítico mundial, dominado pelos EUA, estão muito mais associadas a estratégias geoeconômicas, possibilitando um novo padrão de relacionamento entre as nações. A globalização institucionalizada pela China (GIC), amparada na nova economia do projeto,

³⁵ Magdoff é contundente: “Com uma tarefa desta magnitude, não deve causar espanto o fato de os Estados Unidos hoje possuírem a maior máquina de guerra em tempos de paz, capaz de cobrir a maior parte do globo, em escala muito maior do que qualquer outra nação em toda a história passada. Imperialismo necessariamente envolve o militarismo. De fato, eles são irmãos gêmeos que se alimentaram um do outro no passado, assim como hoje”. (MAGDOFF, 1970, p.240).

abre espaço para uma nova geopolítica global, popular, anticolonialista e de libertação nacional (JABBOUR; DANTAS, 2021).

Considerações finais

Destacou-se neste texto que, a partir de 2000, a China inseriu-se de forma vigorosa na Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Essa inserção fez-se a partir da expansão do seu comércio exterior e dos investimentos diretos externos. Ambas as estratégias são definidoras e impulsionadoras das suas empresas nas Cadeias Globais de Valor. Contudo, argumentou-se que nos últimos anos vêm ocorrendo uma alteração na dinâmica da estrutura do comércio exterior e dos investimentos diretos chineses.

No comércio exterior, a alteração se faz na amolição e diversificação de sua pauta de produtos exportados e importados. Assim, ocorre queda das exportações de produtos intensivos em recursos naturais e aumento de produtos com produtos de valor conteúdo tecnológico. Do lado das importações, ocorre aumento da participação de produtos intensivos em P&D e dos produtos primários.

Por sua vez, os investimentos externos, realizados com financiamento público (Banco de Desenvolvimento e pelo Banco de Exportação e Importação), estão sofrendo alterações em termos de destino. Apesar de os EUA ainda concentrarem os IDEs chineses, a Ásia e outras regiões vêm ganhando destaque pós-2014. Além dessa alteração, demonstrou-se que os volumosos investimentos chineses estão sendo direcionados para as áreas de energia elétrica, óleo, gás, agronegócios, tecnologia e infraestrutura.

Por fim, afirmou-se que a inserção da China na economia mundial, via expansão do comércio exterior e IDE, não se constitui como estratégias imperialistas e geopolíticas como advogam certos autores. Na verdade, as estratégias chinesas, na busca por recursos naturais, matéria-prima, mercado consumidor, IDE, entre outros aspectos, não envolvem uma política militar de um Estado no plano internacional, que

tem como alvo outras potências capitalistas da velha relação “centro-periferia”. Transportada por uma herança antiga, a China, hoje, é um processo único, incomparável, de construção nacional tomando elementos díspares, irreproduzível, com horizonte socialista, porém, inserida numa realidade e num sistema econômico global capitalista.

REFERÊNCIAS

ACIOLY, Luciana; LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira. Internacionalização das empresas chinesas: as prioridades do investimento direto chinês no mundo. **Comunicados do Ipea**, Brasília: IPEA, v. 84, p. 2-27, 06 abr. 2011. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3764>. Acesso em: 03 mai. 2022.

ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli. Os Interesses econômicos da China na África. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Rio de Janeiro: IPEA, v. 1, p. 26-21, jan. 2010. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4751/1/BEPI_n1_interesses.pdf. Acesso em: 08 mai. 2022.

ARCASSA, Wesley de Souza. Karl Haushofer: a geopolitik alemã vai à guerra. **Geografia Política e Geopolítica Clássica e Contemporânea dos Séculos XX e XXI**, Porto Alegre: Editora Letra 1; p. 254-266, 2014. Disponível em: <https://www.editora letra1.com.br/anais-congeo/arquivos/978-85-63800-17-6-p254-266.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2022.

APEX - Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos. **China: alimentos e bebidas**. Brasília: Apex, 2011. Disponível em: <http://www.apexbrasil.com.br/Content/imagens/c7624fe4-1cf3-499e-bc90-b26f3a699a5c.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2022.

ARBIX, Glauco; MIRANDA, Zil; DEMÉTRIO, Toledo; ZANCUL, Eduardo. Made in China 2025 e Industrie 4.0: a difícil transição chinesa do catching up à economia puxada pela inovação. **Tempo Social: Revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 143-170, nov./dez. 2018. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?pid=S010320702018000300143&script=sci_arttext. Acesso em: 15 mai. 2022.

BACKHEUSER, Everardo. **A geopolítica geral e do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1952.

BARACUHY, Braz (org). **Os fundamentos da geopolítica clássica: Mahan, Mackinder, Spykan**. Brasília, DF: FUNAG, 2021. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-1155>. Acesso em: 14 mai. 2022.

BM – Banco Mundial. Indicadores de Desenvolvimento. **World Bank Group**. 2022. Disponível em:

<https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&series=BM.KLT.DINV.CD.WD&country=#>. Acesso em: 20 março 2022.

BUGIATO, Caio. Kautsky e Lenin: imperialismo, paz e guerra nas relações internacionais. **Revista Novos Rumos**, Marília, v. 54, n. 2, p. 5-24, 2017. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/8533>. Acesso em: 20 mai. 2022.

CAMPBELL, Horace. China in Africa: challenging us global hegemony. **Third World Quarterly**, [S.L.], v. 29, n. 1, p. 89-105, fev. 2008. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/toc/ctwq20/29/1>. Acesso em: 13 abril 2022.

TÚLIO CARIELLO (Rio de Janeiro). **INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL: histórico, tendências e desafios globais (2007-2020)**. Conselho Empresarial Brasil-China, Porto Alegre, p. 10-68, 2021. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/2021/08/05/investimentos-chineses-no-brasil-historico-tendencias-e-desafios-globais-2007-2020/>. Acesso em: 15 mai. 2022.

CISESKI, Pedro Paulo. China: milagre econômico e desafios pós-crise financeira internacional. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília: Ipea, v. 10, p. 72-87, abr./jun. 2012. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4553/1/BEPI_n10_china.pdf. Acesso em: 20 mai. 2022.

CUNHA, André Moreira; LÉLIS, Marcos Tadeu Caputi; BICHARA, Julimar da Silva. O Brasil no espelho da china: tendências para o período pós-crise financeira global. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 208-236, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/101960/000910608.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 mai. 2022.

DENG, Ben Lian. A economia política da indústria de semicondutores e o recente desenvolvimento limitado da República Popular da China (2014-2021). **Revista de Economia Contemporânea**, vol.26, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-98482022000100200&script=sci_arttext. Acesso em: 20 mai. 2022.

EGLER, Claudio Antonio G.; MATTOS, Margarida. Multinacionais do setor petrolífero: geoeconomia e integração regional na América do Sul. In **Book: Geografia e Geopolítica do Petróleo**, Rio de Janeiro, p. 81-104, jan. 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/261365659_Multinacionais_do_setor_petroliifero_geoeconomia_e_integracao_regional_na_America_do_Sul. Acesso em: 23 jun. 2022.

ESCHER, Fabiano; WILKINSON, John. A economia política do complexo Soja-Carne Brasil-China. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 4, p. 656-678, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/36SqtNVWsRKRZWD6vKP5Lb/?lang=pt>. Acesso em: 15 mai. 2022

FERNANDES, Marcelo Pereira; WEGNER, Rubia Cristina. Expansão da China e Imperialismo - Uma breve elucidação. **Revista Oikos**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 31-41, 2018. Disponível em: <http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewFile/513/284>. Acesso em: 20 mai. 2022.

FIORI, José L. História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

FRISCHTAK, Claudio; SOARES, André; O'CONNOR, Tania. Uma análise dos investimentos chineses no Brasil: 2007-2012. **Conselho Empresarial Brasil -China**, jun. 2013. Disponível em: < https://www.cebc.org.br/sites/default/files/pesquisa_investimentos_chineses_2007-2012_-_digital_1.pdf . Acesso em: 18 mai. 2022

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. **Editora Atlas S.A.**, São Paulo. 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf> . Acesso em: 22 jun. 2022.

GONÇALVES, Reinaldo. Crise econômica: radiografia e soluções para o Brasil. Rio de Janeiro: **Fundação Lauro Campos**, 2008. Disponível em: <http://www.socialismo.org.br/portal/economia-e-infra-estrutura/101-artigo/604-crise-economica-radiografia-e-solucoes-para-o-brasil>. Acesso em: 10 mai. 2022.

JANK, Marcos Sawaya; GUO, Pei; MIRANDA, Sílvia H. G. de (ed.). China-Brazil partnership on agriculture and food security. **Esalq/Usp**, Piracicaba (Sp), p.-428, 1 jun. 2020. Universidade de São Paulo. Escola Superior de Agricultura. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/468/420/1637.%20Acesso%20em:%2020%20mai.2022> . Acesso em: 10 mai. 2022.

HARVEY, David. O Novo Imperialismo / David Harvey; tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. – 8. Ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2014.

IMF – International Monetary Fund. Conjunto de dados, 2021. Disponível em: <https://data.imf.org/?sk=388dfa60-1d26-4ade-b505-a05a558d9a42>. Acesso em: 23 junho 2022.

IMF – International Monetary Fund. Relatório Anual do FMI: Nosso mundo conectado, 2019. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/ar/2019/eng/assets/pdf/imf-annual-report-2019-pt.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2022.

IMF – International Monetary Fund. GPD per capital. World Economic Outlook, abril, 2021. Disponível em:

<https://www.imf.org/external/datamapper/NGDPDPC@WEO/WEOWORLD?year=2021>.

Acesso em: 23 jun. 2022.

JABBOUR, Elias, M. K.; GABRIELE, Alberto. China: o socialismo do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2021.

JABBOUR, Elias M. K. Existe imperialismo chinês? Fundação Maurício Grabois, 2021. 1 vídeo (12 min 26s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pQcJ_fEki78. Acesso em: 18 jan. 2022.

JABBOUR, Elias M. K; DANTAS, Alexis T; ESPÍNDOLA, Carlos José; VELLOZO, Júlio. A (nova) economia do projetamento como estágio superior do socialismo chinês. **Revista Desenvolvimento & Civilização**, v. 2, nº 2, jul-Dez 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdciv/article/view/66264>. Acesso em: 03 mai. 2022.

JABBOUR, Elias; PAULA, Luiz F. A China e a “socialização do investimento”: uma abordagem Keynes-Gerschenkron-Rangel-Hirschman. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22 (01), 2018, p. 1-23. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rec/a/spBf9YHJPZCNzc9QhGNKMMB/?lang=pt#> >. Acesso em: 03 mai. 2022.

KINSSIGER, Henry, Debate. O século XXI pertence à China? In: (Orgs) FERGUNSON, Niall, ZAKARIA, Fared, KISSINGER, Henry, LI, David. **O século XXI pertence à China? Um debate sobre a grande Potência Asiática**. Tradução Bruno Alexander. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/4242>. Acesso em: 03 mai. 2022.

KUPFER, David; FREITAS, Felipe R. Direções do investimento chinês no Brasil 2010-2016: estratégia nacional ou busca de oportunidades. **IBRACH-UFRJ**. 2018. Disponível em: <https://docplayer.com.br/82815085-Direcoes-do-investimento-chines-no-brasil-estrategia-nacional-ou-busca-de-oportunidades.html>. Acesso em: 02 mai. 2022.

LEITE, Leonardo de M. Sobre as teorias do imperialismo contemporâneo: uma leitura crítica. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 2 (51), p. 507-534, ago. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/RPsTwxK7YcMN3XR3Dcq8Vyh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 04 mai. 2022.

LÊNIN, V. I. O imperialismo, fase superior do capitalismo. In: **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 144-224, jun. 2012.

LINS, Hoyêdo Nunes. Geoeconomia e geopolítica dos recursos energéticos no capitalismo contemporâneo: o petróleo no vértice das tensões internacionais na primeira década do século XXI. In: **Anais...** 3º Encontro Nacional Abri 2011. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000200028&script=sci_arttext. Acesso em: 20 mar. 2022.

MAESTRI FILHO, Mário. O Despertar do Dragão O Nascimento do Imperialismo Chinês. A Via Chinesa da Restauração Capitalista. (1949-2002). **Estudios Históricos**. Ano XIII, jul. n. 25, Uruguai, 2021 p.1-16. Disponível em: <https://estudioshistoricos.org/25/eh2501.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2022.

MAGDOFF, Harry. Militarism and imperialism. **The American Economic Review**, v. 60, n. 2, 1970. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1815812>. Acesso em: 11 abr. 2022.

MARIUTTI, Eduardo B. Interpretações Clássicas do Imperialismo. **Texto para Discussão**. IE/UNICAMP, Campinas, n. 216, fev. 2013. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/03/Mariutti-Imperialismo.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2022.

MEDEIROS, C. A. Desenvolvimentismo com características chinesas. In: MAJEROWICZ, E.; PARANÁ, E (org.). **A China na economia Contemporânea**. São Paulo: Expressão popular, 2022. 376 p.

MEDEIROS, Carlos A. Integração produtiva: a experiência asiática e algumas referências para o Mercosul. Brasília: ABDI, 2010. Disponível em: <https://www.excedente.org/wp-content/uploads/2014/11/Integra%C3%A7%C3%A3oProdutivaMedeiros.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2022.

MEDEIROS, Carlos A. Política Industrial e Divisão Internacional de Trabalho. **Revista de Economia Política**, vol. 39, nº 1 (154), pp. 71-87, jan-mar, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/VRDCNpM4TrgfXGYcs5tMd3B/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 mai. 2022.

MEDEIROS, Carlos A. China entre os Séculos XX e XXI. In: FIORI, J. L. (org.). **Estados e Moedas no Desenvolvimento das nações**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. Disponível em: <https://franklinserrano.files.wordpress.com/2017/05/medeiros-1999-china-xx-e-xxi.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2022.

MERCATANTE, Esteban. Retomando as visões sobre a relação da China com o imperialismo. In: **Ideia de Esquerda**, 2020. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Retomando-as-visoes-sobre-a-relacao-da-China-com-o-imperialismo>. Acesso em: 20 mai. 2022.

MOFCOM - Ministry Of Commerce People's Republic of China. Montly Absorption of Foreign Direct Investment, 2021. Disponível em: <http://english.mofcom.gov.cn/statistic/charts.shtml>. Acesso em: 23 jun. 2022.

NBS – National Bureau Of Statistics Of China. China Statistical Yearbook, 2021 Disponível em: <https://data.stats.gov.cn/english/easyquery.htm?cn=C01>. Acesso em: 08 mai. 2022.

NIKKEI. China amplia fatia no comércio global apesar de disputa com EUA. In: **NOTICIA**. 2020. Disponível em: <https://notaalta.espm.br/o-assunto-do-dia/china-amplia-fatia-no-comercio-global-apesar-de-disputa-com-eua/> . Acesso em: 14 mai. 2022.

NOGUEIRA, Isabela; BACIL, Fabianna; GUIMARÃES, João V. A caminho de um estado de bem-estar social na China? Uma análise a partir dos sistemas de saúde e de educação. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 2 (69), p. 669-692, maio-agosto. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/DkqWbVGBwnGX5f3Wfx8GRqw/?lang=pt>. Acesso em: 09 mai. 2022.

PASIN, Jorge, A. Impactos da abertura chinesa sobre o comércio Internacional (1998-2006). **Revista do BNDES**, Rio Janeiro, v. 14, n. 29, p. 309-326, jun. 2008. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/10975>. Acesso em: 02 abr. 2022.

PECEQUILO, Cristina S. CARMO Corival A. A China, o sistema internacional e o Sul: ascensão pacífica? In: **BJIR**, Marília, v.3, n.1, p. 31-69, Jan/Abr. 2014. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/3549>. Acesso em: 15 abr. 2022.

ROBERTS, Michael. China: o porquê das novas reformas. **The Next Recession**, 2021. Disponível em: <http://centrovictormeyer.org.br/category/capitalismo/> . Acesso em: 12 mai. 2022.

ROCHA, Érico R. P. A ascensão da china na economia global e seus impactos sobre a américa latina: evolução recente e perspectivas futuras. 2014. **Dissertação de Mestrado**. Instituto de Economia. UFRJ. 161 f. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PPGE/disserta%C3%A7%C3%B5es/2014/Erigo%20Rial%20Pinto%20da%20Rocha.pdf> . Acesso em: 12 mai. 2022.

SABADINI, M. S. CAMPOS, F. A. O capital financeiro na origem do imperialismo: uma leitura sobre seu uso categorial no debate clássico. **Revista Fim do Mundo**, nº 6, set/dez 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/12532> . Acesso em: 05 mai. 2022.

SAWAYA, Rubens R. Hegemonia mundial em disputa oportunidade ou ameaça? in: **Jornal dos Economistas**, n. 394, junho, 2022. Disponível em: <https://www.corecon-rj.org.br/jornal.php>. Acesso em: 03 jun. 2022.

SILVA, Marcos A. China: socialismo de mercado, relações internacionais e questão ideológica. **Geosul**, Florianópolis, v. 35, n.77, p.139-165, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/76613>. Acesso em: 23 jun. 2022.

SMITH, John. A critique of David Harvey's analysis of imperialism. **Monthly Review Online**. 2017. Disponível em: <https://mronline.org/2017/08/26/a-critique-of-david-harveys-analysis-of-imperialism/>. Acesso em: 11 mai. 2022.

SOARES, P. T. P. L. Lenin e a fase monopolista/imperialista do capitalismo. **Revista fim do mundo**, n. 6, set/dez, p. 231-254, 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/12905>. Acesso em: 05 mai. 2022.

SPENCE, Jonhnatan. Em busca da China Moderna - Quatro Séculos de história. São Paulo, **Companhia das Letras**, 1990.

THORSTENSEN, Vera. China e EUA - de guerras cambiais a guerras comerciais. **Texto para Discussão** n. 301 – CCGI n. 01, nov. 2011. Disponível em: < <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10010/TD%20301%20-%20CCGI%2001%20-%20Vera%20Thorstensen.pdf> >. Acesso em: 04 mai. 2022.

THORTENSEN, Vera. A China como membro da OMC é líder das exportações mundiais: desafios e oportunidades para o Brasil. **7 Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas**. 2010. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/15777/A%20China%20como%20membro%20da%20OMC%20e%20lider%20das%20exportacoes%20mundiais.pdf> . Acesso em: 23 jun. 2022.

MANABE, Z; FUKUMOTO, Y. China amplia fatia no comércio global apesar de disputa com os EUA. **Valor Econômico**, 30 set. 2020. NOTICIA. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/11/30/china-amplia-fatia-no-comercio-global-apesar-de-disputa-com-os-eua.ghtml>. Acesso em: 30 mai. 2022.

UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development. DADOS, 2022. Disponível em: <https://unctadstat.unctad.org/EN/#> . Acesso em: 22 mai. 2022.

VESENTINI, José W. **Novas Geopolíticas**. São Paulo: Contexto, 2004. 125p.

WBT – World Bank Group. World Development Indicators. 2022. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&series=NY.GDP.MKTP.KD.ZG&country=> . Acesso em: 23 jun. 2022.

ZHAN, S. The land question in 2 1st century China four camps and five scenarios. **New Left Review**, n. 122, Mar-Apr, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/42947035/The_Land_Question_in_21st_Century_China_Four_Camps_and_Five_Scenarios. Acesso em: 10 mai. 2022.

NOTAS DE AUTOR

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Valdeir de Oliveira Prestes – Concepção e elaboração do manuscrito. Coleta de dados, Análise de dados; revisão e aprovação da versão final do trabalho.

Carlos José Espíndola – Concepção e elaboração do manuscrito. Coleta de dados, Participação ativa da discussão dos resultados; revisão e aprovação da versão final do trabalho.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em: 24-06-2022

Aprovado em: 01-10-2022